

Flávio Sacco dos Anjos
Nádia Velleda Caldas

*Sob o efeito da desagrarização: agricultura familiar
e pluriatividade no Rio Grande do Sul*

Introdução

As estimativas mais recentes apontam para o fato de que o balanço comercial do agronegócio brasileiro pode alcançar, em 2007, expressivos US\$ 47 bilhões, 10% a mais do que o resultado verificado em 2006. Com efeito, o ano de 2007 deve fechar com uma produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas da ordem de quase 134 milhões de toneladas, 14,3% superior à obtida no ano anterior. No âmbito da produção animal, os dados são igualmente alvissareiros diante do crescimento das exportações de carnes que no último lustro tiveram um comportamento bastante semelhante.

Flávio Sacco dos Anjos é professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e dos Programas de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel) e Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas [flaviosa@ufpel.edu.br]. Nádia Velleda Caldas é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas [nvcaldas@ufpel.edu.br].

Não resta dúvida de que esse quadro seria ainda mais promissor se houvessem claros sinais de que a portentosa máquina de subsídios dos países capitalistas centrais reduzisse seus níveis de protecionismo e restrições aos sistemas agrários dos países em desenvolvimento.

Mas o aspecto paradoxal a que se quer aqui chamar a atenção prende-se a um outro fator, nem sempre destacado com a importância que encerra para uma análise consistente sobre a evolução recente da agricultura e do comportamento da população rural do Brasil.

Faz-se aqui referência ao incessante declínio na capacidade de ocupação da força de trabalho, em meio a um cenário resumidamente referido como de profissionalização na agricultura brasileira e latino-americana, em que pesem o aprofundamento na incorporação de novas tecnologias e os aumentos sucessivos na produtividade dos fatores de produção.

Os dados da Tabela 1 indicam a situação do Brasil no intervalo compreendido entre os anos 1981 e 1999 do ponto de vista da evolução da população economicamente ativa. O aspecto a destacar tem a ver com o crescimento na população ativa não-agrícola no espaço rural, que experimenta a mais alta taxa de crescimento entre todos os coletivos analisados (6,1%** ao ano), fazendo com que se atingisse 4,6 milhões de ocupados ao final da década de 1990. Foi esse notável incremento que certamente contribuiu para mitigar a queda de pessoas ocupadas na agricultura, especialmente no período compreendido entre 1992 e 1999, por força de uma taxa de crescimento equivalente a -1,7%*** ao ano.

Assim, se em 1981 a população ocupada em atividades agrícolas representava 77,5% do total de ocupados no espaço rural, em 1999, esse conjunto se viu reduzido a 68,4%.

O fato é que o período aqui analisado denota a existência de uma revolução silenciosa que incidiu sobre o rural brasileiro no sentido do aprofundamento da modernização tecnológica, a qual se tra-

Tabela 1 - Evolução da população brasileira ativa agrícola e não-agrícola (urbana e rural) entre os anos 1981 e 1999, taxas de crescimento.

	População ^a				Taxas de crescimento ^b		
	1981	1992	1996	1999	1981/1992	1992/1999	1996/1999
Urbana	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***	1,4 ***
Ocupados ^c	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6 ***	1,8 ***	1,5 ***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3 ***	-1,6 ***	-0,2
Não-agrícola	29,1	42,9	47,0	49,3	3,6 ***	2,0 ***	1,6 ***
Rural	34,5	32,0	31,7	32,6	-0,7 ***	0,2 ***	1,1 ***
Ocupados ^c	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6 ***	-0,2 ***	2,1 **
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4 ***	-1,7 ***	0,4
Não-agrícola	3,1	3,5	4,0	4,6	1,2 ***	3,7 ***	6,1 **
Total	119,7	145,4	154,0	160,3	1,8 ***	1,4 ***	1,3 ***

(a) em milhões de pessoas;

(b) percentual anual;

(c) PEA restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15h na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano, 2004.

duziu no crescimento ininterrupto na produtividade dos fatores de produção. Como indicam os dados da Tabela 2, não resta dúvida de que o maior crescimento se deu justamente do ponto de vista da produtividade do trabalho, que suplantou a evolução dos demais fatores de produção.

A exposição à competição internacional e o reiterado declínio nas rendas agrícolas têm funcionado como um verdadeiro acicate para imprimir uma dinâmica que se intensifica especialmente no curto período de tempo entre 2000 e 2003, quando a produtividade do trabalho atinge expressivos 6,2%. O forte incremento de produção nas lavouras mais tecnificadas e a redução na mão-de-obra ocupada certamente contribuíram para justificar esse quadro.

Ainda que com diferentes graus ou intensidades, esse mesmo cenário se identifica com as condições em que opera a agricultura em todas as unidades federativas brasileiras. Mas, para os efeitos do presente artigo, importa analisar a situação do Rio Grande do Sul no que se refere à evolução da população residente no espaço

Tabela 2 - Taxas de crescimento da produtividade total dos fatores de produção (mão-de-obra, terra e capital) no Brasil em distintos intervalos, entre 1975 e 2003.

Produtividade dos fatores segundo componentes	Crescimento porcentual por períodos		
	1975-2003	1990-1999	2000-2003
Produtividade da mão-de-obra	3,4	3,1	6,2
Produtividade da terra	2,5	2,0	1,9
Produtividade do capital	2,0	1,1	5,3
Produtividade total dos fatores	2,3	1,6	3,7

Fonte: Contini et al (2006).

rural, tanto na perspectiva dos ocupados quanto dos não-ocupados. O cenário que a seguir se examina é sumamente importante na medida em que indica uma série de rupturas e transformações que incidem sobre os espaços rurais do Rio Grande do Sul, cujo conhecimento torna-se imperativo diante do esforço de melhorar as condições em que atualmente vivem as famílias rurais e de aperfeiçoar os instrumentos de intervenção estatal.

A segunda seção deste artigo é dedicada a uma discussão sobre a importância do que se convencionou chamar de “ocupações rurais não-agrícolas”, no qual são apresentados alguns dos trabalhos que recentemente têm se dedicado ao exame desse fenômeno e das causas que o produzem. A terceira seção estabelece os procedimentos metodológicos através dos quais os dados foram obtidos, bem como os conceitos que orientam sua análise.

A quarta seção expõe alguns dados que expressam a importância da agricultura familiar, ao passo que a quinta seção analisa e discute a incidência da pluriatividade do ponto de vista das famílias e dos indivíduos que integram a população economicamente ativa. A última seção reúne as conclusões principais do artigo.

Redescobrimo o rural: a importância das ocupações não-agrícolas e da pluriatividade

O período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990 coincide com o auge do debate acadêmico e sociopolítico acerca do tema da

agricultura a tempo parcial e, posteriormente, da pluriatividade nos países capitalistas centrais. Na América Latina, a reflexão em torno do assunto só ganha corpo a partir da década de 1990 com algumas abordagens específicas voltadas para a análise do papel do que vários autores denominavam de *ingresos extra-prediales*, bem como para a estimativa da magnitude dos empregos rurais “não-agropecuários”, a exemplo dos estudos realizados por Klein (1992) e Weller (1997).

O estudo de Klein examinou a situação do emprego não-agrícola em 18 países latino-americanos (Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), e é com base em outros trabalhos (Cepal, 1978; INFANTE e KLEIN, 1991) que esse autor atribui a existência de um contingente equivalente a 128 milhões de pessoas residentes nos espaços rurais, havendo cerca de 42 milhões de ativos, os quais, direta ou indiretamente, desenvolvem atividades agropecuárias. Entretanto, Klein adverte:

[...] la proporción de personas que trabajan en el sector agrícola ha venido descendiendo en forma marcada y sistemática. Así, mientras que en 1950 el 54% de los trabajadores latinoamericanos estaban ocupados en la agricultura, hoy día sólo lo hace un 25% (KLEIN, 1992: 2).

Essa situação decorre, segundo o autor, do fato de que para o conjunto de países o emprego rural agrícola vem decrescendo a uma taxa anual de 0,8%, ao passo que o emprego não-agrícola cresceu a uma taxa equivalente a 3,4%, cifra que, inclusive, supera o incremento médio da população economicamente ativa total da América Latina (Klein, *loc. cit.*).

No Equador, como observa Martinez (*apud* Klein, 1992 : 10), há localidades onde mais de 40% dos trabalhadores têm duas ocupações; em outros países, como a Colômbia, a mesma cifra corresponde a 20%.

O caráter sazonal das atividades agropecuárias atua para reforçar aquela dinâmica, que parece repercutir em outras partes do continente impulsionada pelo impacto de outros fatores, como por exemplo o crescimento do trabalho a domicílio, a flexibilização das relações de trabalho, a descentralização e terceirização de processos produtivos. Outrossim, esse quadro assume alguns contornos que parecem expressar o ressurgimento de formas precárias de trabalho e a ausência de mecanismos de proteção social sob a égide da desregulamentação do mundo do trabalho em muitos países do continente.

Coincidimos com Klein no sentido de indicar que o crescente protagonismo das ocupações não-agrícolas surge do forte descenso do emprego agrícola. Entretanto, não nos parece acertada a hipótese de que a tecnificação das tarefas agrícolas gera a necessidade do que denomina “indústrias rurais” que visam atender às necessidades dessa “agricultura modernizada”. É absolutamente improvável que a tecnificação da agricultura possa gerar uma demanda de mão-de-obra superior à proporção crescente de pessoas expulsas da produção agropecuária, cuja absorção cada vez mais passa a concentrar-se em determinadas fases dos processos produtivos.

Em ramos dinâmicos e plenamente integrados aos mercados internacionais, como é o caso das *commodities*, é cada vez mais presente a tendência a uma agricultura contratualizada nos termos tratados pela literatura científica internacional (ARNALTE, 1992; FANFANI e PECCI, 1990) e inclusive pela brasileira (LAURENTI, 2000; ORTEGA *et al.*, 2004). Trata-se de setores (soja, café, arroz irrigado, trigo) nos quais a busca de eficiência econômica supõe a progressiva redução da mão-de-obra empregada em todas as etapas do processo produtivo.

Com o surgimento do Projeto Rurbano,¹ em 1996, houve um importante esforço para avaliar a importância das atividades e rendas não-agrícolas nos espaços rurais das distintas regiões brasileiras. Sugiram, por certo, alguns estudos pioneiros (SACCO DOS

ANJOS, 1994 e 1995; SCHNEIDER, 1995), localizados no Sul do país, que se dedicaram ao tema da pluriatividade praticada em explorações familiares de zonas de imigração italiana, alemã e polonesa, em que emergiu a figura clássica do “colono-operário”.

Os dois estudos acima citados coincidem no sentido de mostrar que há que se compreender a pluriatividade ali praticada como estratégia específica de reprodução social em unidades familiares de produção submetidas tanto a pressões internas (ciclo vital, demandas sociais de consumo) quanto a pressões externas (queda nos preços agrícolas, elevação dos custos de produção etc.), bem como à existência de um mercado de trabalho dinâmico, capaz de absorver a mão-de-obra rural sem a necessidade de deslocá-la de seu sítio de origem.

O crescente interesse sobre a importância das atividades e rendas não-agrícolas motivou a publicação, em 2001, de edição especial da revista *World Development*, coordenada por Reardon, Berdegue e Escobar, intitulada *Rural Nonfarm Employment and Incomes in Latin America*. A publicação reúne 11 estudos de caso desenvolvidos em distintos países que, em seu conjunto, tratam de evidenciar a maior ou menor incidência do fenômeno e as distintas causas que o produzem.

A motivação é resultado da constatação de que a pobreza persiste e a desigualdade tem aumentado no espaço rural dos países latino-americanos, transcorridas duas décadas de ajuste estrutural (REARDON *et al.*, 2001: 396). As implicações do conhecimento dessa realidade são inequívocas em suscitar a necessidade de se conceber novos instrumentos de intervenção pública ante à incessante perda de centralidade da agricultura em termos de geração de renda e ocupação nos espaços rurais.

As atividades não-agrícolas incluem tanto a existência de um mercado formal (empresas públicas ou privadas), que emprega trabalhadores residentes em áreas rurais, quanto o crescimento no auto-

emprego, envolvendo situações em que as famílias lançam mão de um amplo leque de estratégias, a exemplo da agregação de valor aos produtos, venda direta de artigos especializados em mercados locais, atividades artesanais, prestação de serviços a terceiros etc.

Nesse caso, encontramos-nos diante de situações em que a busca de alternativas cumpre o objetivo de atender às necessidades materiais das famílias. Há algumas iniciativas que, não obstante estarem totalmente desvinculadas da produção de valores de troca, não podem ser consideradas como equivalentes, como é o caso das atividades de autoconsumo e autoconstrução. Do mesmo modo, cumpre destacar a existência de rendas não-agrícolas totalmente desconectadas da esfera da produção, como transferências sociais cuja importância é significativa, especialmente para grupos familiares com escassas condições de sobrevivência no marco estrito da agricultura.

O que aqui se busca evidenciar é o erro em que se incorre quando se avalia a questão das rendas e das atividades não-agrícolas como se fossem grandezas equivalentes e intercambiáveis entre si. Uma família que conta com rendas provenientes da aposentadoria de seus titulares tem sua reprodução social facilitada pelo recebimento de um ingresso regular e permanente em comparação com as demais explorações que não dispõem desse tipo de renda. Mas a existência desse tipo de ingresso não se identifica com o fenômeno da pluriatividade.

As forças que incidem sobre a dinâmica das explorações familiares são distintas, da mesma forma como são diversificadas as escolhas e iniciativas que as famílias lançam mão para garantir o atendimento de suas necessidades de reprodução social. É por essa razão que se advoga em favor da necessidade de se eleger a família rural como objeto de análise. É preciso desvendar, como sustenta O'hara (1987), a "caixa preta" correspondente à dinâmica interna das explorações familiares.

É por esse motivo que as estatísticas que a seguir analisaremos,

referentes ao Estado do Rio Grande do Sul, devem ser tomadas como indicativas da importância do fenômeno aqui sublinhado, ainda que se mostrem necessariamente insuficientes para dar cabo da complexidade das questões suscitadas.

Trata-se de demonstrar que nesse começo de milênio encontramos diante do impacto de novas dinâmicas que afetam a ocupação da população residente nos espaços rurais. Com efeito, inúmeros trabalhos apontam para a crescente importância de novos atores sociais no campo brasileiro. Desse contingente fazem parte não somente os agricultores familiares e trabalhadores rurais pluriativos, mas aposentados e pensionistas bem como desempregados e trabalhadores por conta própria que sobrevivem com base num amplo rol de alternativas de trabalho e renda, que vão do emprego regular e formal às modalidades precárias de sobrevivência.

No presente artigo, busca-se discutir o comportamento da população ativa rural no Estado do Rio Grande do Sul com base nos dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) relativos à situação das famílias e dos indivíduos.

Procedimentos metodológicos²

Os dados que a seguir serão apresentados foram obtidos com base em algumas definições e critérios que devem ser aqui esclarecidos. As informações que serão objeto de discussão e que afetam as novas dinâmicas na evolução ocupacional da população rural gaúcha são resultantes das tabulações especiais das PNADs geradas pelo Projeto Rurbano.

A PNAD, como é sabido, compreende uma pesquisa amostral que se desenvolve em todo o território nacional, com base nos censos demográficos e em projeções de incremento populacional tanto no âmbito urbano quanto no rural. Na análise estatística desenvolvida com base em testes de significância estatística (teste *t* de *student*)

é indicada a existência de tendência ou não nos dados da PNAD dos subgrupos analisados, sendo, através do símbolo do asterisco (*), indicado o grau de significância correspondente.

Há, não obstante, outros elementos que devem ser aqui sublinhados. Nesse sentido, o conceito de família adotado no presente estudo é o mesmo conceito de família extensa concebido no marco do Projeto Rurbano. Com efeito, as famílias extensas correspondem, além da família nuclear, aos parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio particular permanente.³ Encontramo-nos, portanto, diante de uma unidade de consumo e de renda de pessoas que vivem sob um mesmo teto e dividem um fundo comum de recursos monetários e não-monetários.

Por outra parte, as famílias extensas são classificadas segundo a posição na ocupação (empregadores, conta própria, empregados e autoconsumo)⁴ e local do domicílio (urbano ou rural). As famílias com pelo menos uma pessoa ocupada são classificadas como agrícolas, não-agrícolas ou pluriativas, conforme a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência da PNAD.

Foram consideradas famílias agrícolas aquelas em que todos os membros exerceram atividades na agricultura como ocupação principal na semana de referência. No caso oposto, as famílias foram consideradas não-agrícolas. As famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um membro exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola.

Conforme Graziano da Silva e Del Grossi (2000), o fato de se utilizar o período da última ou da penúltima semana de setembro (período de referência da PNAD), que é o período usualmente adotado pelo IBGE na definição da População Economicamente Ativa (PEA), ao invés do ano anterior, tende a subestimar o número de famílias agrícolas.

Não obstante essas limitações, as PNADs são consideradas como a mais atualizada e abrangente base de dados do país para a análise

da ocupação, do emprego e dos rendimentos pessoais, inexistindo outro instrumento que tenha amplitude equivalente, quer em termos territoriais quer em termos do escopo temático.

Para efeitos do presente artigo, consideramos que a agricultura familiar gaúcha aparece identificada⁵ com a situação das famílias (agrícolas, não-agrícolas e pluriativas) dos “conta própria” que, por definição, são pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, sozinhas ou com algum sócio, não possuem empregados e contam, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.

Mas antes de entrar na análise propriamente dita dos dados referentes ao comportamento da população economicamente ativa gaúcha, convém apresentar alguns indicadores acerca da estrutura agrária dessa unidade federativa.

A importância da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

O último censo agrícola (1995-1996) identificou a existência de quase 430 mil estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul, sendo 91,8% considerados de tipo familiar e 7,5% de caráter patronal, os quais absorvem, respectivamente, 40,9% e 58,3% da área total, segundo os critérios⁶ usados pelo Convênio Incra/FAO, tal como se indica nos dados da Tabela 3. A mesma fonte revela que a agricultura familiar responde por 57,7% do valor bruto da produção agropecuária, índice que supera a participação da agricultura patronal (41,7%).

O protagonismo indiscutível da agricultura familiar gaúcha é fruto da inserção dessa forma social de produção em diversos setores tanto na perspectiva da produção vegetal (soja, uva, trigo, fumo, fruticultura e olericultura) quanto da animal (especialmente aves, suínos, leite).

Como é sabido, nesse estado brasileiro, a agricultura familiar é formada por um amplo conjunto de explorações, cujo peso social e

Tabela 3 - Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo a categoria, área total e valor bruto da produção no Rio Grande do Sul.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	R\$ *	%
Total Familiar	394.495	91,8	8.920.803.782	40,9	3.561.894	57,7
Patronal	32.114	7,5	12.712.787.157	58,3	2.570.511	41,7
Instituições Religiosas	418	0,1	18.111.406	0,1	7.153	0,1
Entidades Públicas	2.912	0,6	148.274.825	0,7	28.093	0,5
Não identificado	18	0,0	906.051	0,0	155	0,0
Total	429.957	100,0	21.800.883.221	100,0	6.167.807	100,0

(*) Em 1.000 reais.

Elaboração dos autores com base nos dados do Convênio INCRA/FAO.

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.

político varia consideravelmente entre suas sub-regiões. Nas zonas marcadas pela grande exploração dedicada à pecuária extensiva ou a grandes lavouras (especialmente arroz e soja), no sul e sudeste riograndense, é considerável a diferença entre ambas as formas sociais de produção do ponto de vista da qualidade e quantidade das terras controladas e do acesso às políticas públicas de fomento à produção e comercialização.

No extremo oposto, a ampla zona fisiográfica que cobre o norte, parte do centro e nordeste riograndense, é onde predominam municipalidades de menor tamanho como expressão do processo histórico de ocupação do espaço territorial fortemente marcado pelo peso da colonização européia e da pequena produção de caráter familiar. Para os efeitos deste artigo, essas diferenças não serão abordadas em decorrência da opção que se fez por analisar o comportamento do conjunto da população rural e da agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

A evolução recente da população ativa e inativa no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul conta, atualmente, segundo os dados do último censo demográfico (2000), com 10,18 milhões de

habitantes, sendo 81,6% das pessoas residentes no espaço urbano e 18,4% no espaço rural, com base nos critérios adotados pelo IBGE, tal como revelam os dados da Tabela 4.

É sabido que as duas últimas décadas inauguram um novo padrão demográfico no qual se nota um acentuado declínio nas taxas anuais de crescimento populacional. Assim, se entre 1970 e 1980 a população gaúcha total havia crescido a uma taxa equivalente a 1,55%, no período subsequente (1980-1991), ela cai para 1,48% e apenas 1,1% no último período intercensitário (1991-2000), sendo a mais baixa entre todas as unidades federativas brasileiras. Esse dado reflete, sobretudo, a queda nas taxas de fecundidade total.

Com relação à população rural, é possível constatar que já na década de 1960 ela era inferior à urbana, em que pese o fato de o período 1970-1980 haver coincidido com um descenso demográfico bastante pronunciado em termos absolutos e relativos, como resultado do êxodo decorrente da modernização da agricultura.

No intervalo de tempo compreendido entre 1970 e 1980, a população rural decresceu a um ritmo anual equivalente a -2,08%, ao passo que entre 1980 e 1991 ela atinge um valor um pouco mais baixo (-1,48%), mas ainda negativo. No último período analisado (1991-2000), ela atinge -0,4%. Esses dados parecem indicar que houve uma redução das taxas de fecundidade no âmbito rural, acompanhada por um certo arrefecimento no fluxo migratório campo-cidade.

Tabela 4 - Evolução total (urbana e rural) e participação percentual no Rio Grande do Sul, entre os anos 1970 e 2000.

População	1970		1980		1991		2000	
	Nº Hab.	%	Nº Hab.	%	Nº Hab.	%	Nº Hab.	%
Urbana	3.553.006	53,3	5.250.940	67,5	6.996.542	76,6	8.312.899	81,6
Rural	3.111.885	46,7	2.522.897	32,5	2.142.128	23,4	1.868.850	18,4
Total	6.664.891	100,0	7.773.837	100,0	9.138.670	100,0	10.181.798	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000.

Há, não obstante, outros fenômenos que devem ser aqui sublinhados. Nesse contexto, a década de 1990 aparece associada, como mostram os dados da Tabela 5, a um crescimento substancial no número de aposentados e pensionistas no espaço rural gaúcho. Essa tendência é reflexo direto do processo de envelhecimento e da queda na fecundidade total que vêm incidindo nesse e em outros estados brasileiros, como indicam estudos recentes (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2003), bem como expressa o impacto da expansão do sistema previdenciário com as mudanças introduzidas na seguridade social a partir da promulgação da Constituição de 1988.

Como mostra a Tabela 5, a mais alta taxa anual de crescimento (5,1%) é constatada justamente no coletivo de aposentados e pensionistas rurais, no período compreendido entre os anos 1992 e 1999, num contexto, como visto anteriormente, de baixo incremento da população total.

Outro dado que chama a atenção é o número de pessoas não-ocupadas ao longo do mesmo período. Esse dado é resultante de uma série de causas entre as quais figuram as retrições do mercado de trabalho em incorporar a força de trabalho, em meio a uma década marcada, como é sabido, pelo impacto do ajuste fiscal e da restrição de investimentos públicos na geração de empregos e novas oportunidades de renda e trabalho.

Infelizmente não dispomos de dados específicos acerca do comportamento dessa categoria, para o mesmo intervalo de tempo, no ambiente rural, mas parece plausível supor que, sob a égide do aludido incremento das taxas de produtividade dos fatores de produção na agricultura, muitos dos desocupados permaneceram nos estabelecimentos rurais por conta da sustentação material oferecida por aposentados e pensionistas integrados ao sistema de seguridade social e por outros tipos de transferências governamentais.

Tabela 5 - Evolução da população total, de aposentados e pensionistas urbanos e rurais no Rio Grande do Sul, período 1992-1999. (Em 1.000 pessoas)

Dados relativos ao RS	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de incremento ^a	
								1992/99	1996/99
População total	9.246,8	9.355,5	9.572,2	9.678,4	9.787,2	9.891,9	9.996,5	1,1 ***	1,1 ***
População total não ocupada	2.913,0	3.006,3	3.204,9	3.384,6	3.393,4	3.511,8	3.509,0	2,9 ***	1,4 **
Aposentados e pensionistas urbanos	655,7	732,1	752,8	838,4	783,4	836,0	873,9	3,6 ***	1,9
Aposentados e pensionistas rurais	110,2	132,4	161,7	159,9	146,4	154,7	172,3	5,1 ***	2,8
Total de aposentados e pensionistas	765,9	864,5	914,5	998,2	929,8	990,7	1.046,3	3,8 ***	2,1

(a) porcentual anual.

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: Projeto Rurbano, Estatísticas Especiais a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (2000).

A evolução da população ativa e inativa sob a ótica das famílias extensas

Os dados da Tabela 6 indicam a evolução das famílias extensas, segundo o tipo, no primeiro lustro do século XXI. O universo da agricultura familiar, conforme as regras adotadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), compreende as explorações agrárias que empregam até dois trabalhadores permanentes e possuem até quatro módulos fiscais.⁷

Com base nos critérios usados pelo Pronaf, parte da agricultura familiar gaúcha poderia estar incluída na categoria de famílias de empregadores (com até dois empregados) referida na Tabela 5. Entretanto, parte-se aqui da premissa segundo a qual, no caso do Rio Grande do Sul, o tipo de família que melhor expressa a dinâmica em que opera a agricultura familiar corresponde às famílias de “conta própria” e é esse setor que interessa destacar para os efeitos do presente artigo.

É sabido que os agricultores familiares sul-rio-grandenses recorrem à contratação de mão-de-obra, mas isso ocorre, majoritariamente, em caráter eventual e numa proporção bastante reduzida em caráter permanente.

Assim, os dados da Tabela 6 mostram que para o conjunto de famílias extensas (urbanas e rurais) de conta própria do Rio Grande do Sul, o período analisado (2001-2005) indica um pequeno crescimento (0,9%) anual. Todavia, se as famílias agrícolas registram uma taxa negativa de crescimento (-0,5%), as famílias pluriativas experimentam uma expansão positiva e significativa (6,3%**). Já as famílias de empregados apresentam um comportamento oposto, cuja evolução escapa aos interesses do presente artigo. O fato é que esses dados refletem algumas das transformações no mundo do trabalho, particularmente aquelas que afetam o crescimento do auto-emprego e as multiocupações tanto no âmbito urbano como no rural.

Tabela 6 - Evolução das famílias extensas no Rio Grande do Sul, segundo o tipo no período 2001-2005. (Em 1.000 famílias)

Tipo de Família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa 01/05 ^a
Empregadora Total	225	213	221	247	235	2,3
Agricultora	15	12	15	21	14	4,9
Pluriativa	21	24	19	27	28	6,7
Não-agrícola	189	177	188	198	192	1,5
Conta-própria	1.018	1.049	1.078	1.051	1.066	0,9
Agricultora	273	276	282	275	268	-0,5
Pluriativa	97	122	115	129	128	6,3 **
Não-agrícola	647	652	682	648	669	0,6
Empregados	1.490	1.498	1.518	1.591	1.636	2,5 ***
Agricultora	78	104	91	88	91	1,6
Pluriativa	51	48	43	45	47	-2,0
Não-agrícola	1.361	1.347	1.384	1.457	1.498	2,7 ***
Não ocupado na semana	452	492	532	522	528	3,8 **
Total	3.185	3.253	3.350	3.411	3.465	2,2 ***

(a) percentual anual;

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Julho/2007.

No âmbito estritamente rural, como mostram os dados da Tabela 7, os cinco primeiros anos do século XXI mostram uma pequena elevação (1,0%) no número de famílias de “conta própria”, que somam, em 2005, 357 mil unidades familiares. Conjuntamente, estas equivalem a um percentual correspondente a 57,9% do total de famílias existentes no rural gaúcho, ao passo que as de empregadores, de empregados e de não-ocupados equivalem a respectivamente 4,3%; 27,9% e 9,9%.

Mas o que é fundamental sublinhar tem a ver com o comportamento dos vários subtipos de famílias “conta própria” que constam nos dados da Tabela 7. Em primeiro lugar, destaca-se um declínio de -0,8% nas famílias exclusivamente agrícolas ao longo do período analisado, o que confirma uma tendência de retração verificada em décadas anteriores em termos do número de postos de trabalho gerados na produção agropecuária.

A explicação para esse quadro há que ser buscada tanto em fatores de ordem conjuntural quanto estrutural. No primeiro caso, figura, por exemplo, o ciclo de secas que se abateu sobre o Sul do país nos últimos anos; no segundo caso, tem-se a desativação de explorações agrárias, tanto as que se mostraram economicamente inviáveis sob um quadro de crescente competitividade quanto as que foram objeto de conversão para outras finalidades (turismo, estações ecológicas etc.), em que pese o impacto da urbanização de áreas rurais.

Cumprе ressaltar que as famílias enquadradas como pluriativas crescem a uma taxa anual correspondente a 6,0%**, destacando-se as que combinam trabalho não-agrícola e agrícola, que apresentam o maior porcentual anual de incremento, equivalente a 6,6%***.

Essa tendência se viu fortalecida pelo recente surgimento de empreendimentos industriais (ateliês, facções fabris) em áreas tipicamente rurais, que executam partes do processo de produção de calçados, confecções e produtos alimentares, entre outros artigos.

Já as famílias de “conta própria” exclusivamente não-agrícolas apresentam um incremento anual mais discreto (2,6%), como informa a Tabela 7. As famílias de não-ocupados apresentam certa oscilação, com tendência de queda (-2,5%**) ao longo do período 2001-2005.

As famílias de empregados apresentam um comportamento de crescimento significativo (3,8%**) durante o período analisado, puxado, em boa medida, pelo incremento no número de famílias ocupadas em atividades alheias à produção agropecuária. Essa tendência provavelmente é resultado do incremento de novas atividades no espaço rural ligadas ao turismo, artesanato, bem como de serviços gerais ou especializados, considerando o significativo incremento (17,7%**) no número de famílias que conciliam o trabalho não-agrícola com serviços domésticos.

O aumento no número de sítios de lazer e a proliferação de residências de férias e fim-de-semana de habitantes urbanos no perímetro rural contribuem para reforçar essa dinâmica na medida em que geram uma demanda por trabalhadores de serviço geral e especializado, muitos dos quais contratados entre membros de explorações familiares.

Por outro lado, a universalização dos direitos sociais, implantada no Brasil a partir da promulgação da Constituição de 1988, incidiu e vem incidindo sobre o cotidiano de milhões de famílias rurais, sejam elas enquadradas ou não como pluriativas. A questão que se impõe investigar parece ser avaliar em que medida esse novo cenário, no qual se vislumbra a crescente importância das rendas não-agrícolas, tem contribuído para arrefecer o êxodo rural.

As estatísticas disponíveis oferecem algumas possíveis respostas. Assim, os dados da Tabela 8 mostram que entre 2001 e 2005 as famílias rurais extensas que contam com pelo menos um aposentado ou pensionista vivenciaram uma expansão anual equivalente a 1,2%. Se nos atermos ao subtipo de famílias que

Tabela 7 - Evolução das famílias rurais extensas no Rio Grande do Sul, segundo o tipo no período 2001-2005. (Em 1.000 famílias)

Tipo de Família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa 01/05 ^a
Empregadora Total	28	23	22	29	27	1,7
Agrícola	10	7	9	14	11	7,8
Pluriativa	11	7	7	10	10	2,0
Não-agrícola	7	9	6	5	6	-6,8
Conta-própria	344	363	384	373	357	1,0
Agrícola	246	247	258	246	237	-0,8
Pluriativa	69	83	80	91	88	6,0 **
Agrícola+Agrícola	6	15	14	13	11	14,1
Agrícola+Não-agrícola	56	61	59	72	71	6,6 ***
Agrícola+Trab.Dom.	6	6	6	5	3	-14,0 *
Agric+Não-agr+Trab.Dom	-	-	-	-	2	
Não-agrícola	30	33	46	36	32	2,6
Não-agrícola	28	31	40	33	29	1,8
Não-agrícola+Trab.Dom.	2	3	5	2	4	11,9
Empregados	141	157	152	153	172	3,8 **
Agrícola	58	70	62	63	64	0,9
Pluriativa	21	20	20	17	16	-6,4 ***
Agrícola+Não-agrícola	16	12	12	15	11	-4,8
Agrícola+Trab.Dom.	4	7	7	2	4	-9,6
Agric+Não-agr+Trab.Dom	-	-	-	-	-	
Não-agrícola	62	67	69	73	92	9,1 ***
Não-agrícola	52	57	54	60	72	7,3 **
Não-agrícola+Trab.Dom.	10	10	16	13	20	17,7 **
Não ocupados na semana	67	64	64	59	61	-2,5 **
Total	580	606	621	614	617	1,4 *

(a) percentual anual;

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%;

(-) representa 5 ou menos observações.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Julho/2007.

melhor expressa o universo da agricultura familiar, qual seja o das famílias de “conta própria”, no intervalo de tempo analisado há um incremento anual de 2,8%* nas famílias que contam com pelo menos um membro com aposentadoria.

A mesma fonte mostra que todos os subtipos de famílias experimentaram crescimento, o que revela o caráter capilar e redistributivo da seguridade social brasileira no marco da universalização aludida. O incremento anual mais expressivo

ocorre no subtipo de famílias não-agrícolas, equivalente a 6,6%, seguido das pluriativas (3,5%*) e exclusivamente agrícolas (2,3%).

Do ponto de vista das famílias extensas de empregados, o aspecto mais importante a destacar é o crescimento das que são classificadas como não-agrícolas. Já as famílias de não-ocupados apresentaram uma taxa de descenso equivalente a 3,6%***, como indica a Tabela 8.

A evolução da população ativa e inativa sob o prisma dos indivíduos ocupados

No marco do Projeto Rurbano, a abordagem sobre a emergência de novos atores sociais no campo e a existência de novas dinâmicas que atravessam o rural brasileiro pode ser avaliada tanto do ponto de vista do comportamento das famílias extensas, tal como se fez anteriormente, quanto a partir dos indivíduos vinculados a essas mesmas famílias.

Nesse sentido, as tabelas que são apresentadas a seguir analisam a evolução da População Economicamente Ativa restrita (PEA restrita), excluindo-se do cômputo as pessoas não remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana de referência da pesquisa, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo e autoconstrução.

De acordo com o ramo de atividade, a PEA ocupada restrita pode ser classificada como agrícola (se estiver ocupada exclusivamente na agropecuária), não-agrícola (se ocupada exclusivamente em atividades não-agrícolas) ou pluriativa (se exercer simultaneamente atividades agrícolas e não-agrícolas) na semana de referência da pesquisa.

Os dados da Tabela 9 indicam o comportamento da PEA total (urbana e rural) do Rio Grande do Sul. Percebe-se que os indivíduos vinculados a famílias de “conta própria” crescem a uma taxa anual de incremento correspondente a 1,3% no período sublinhado (2001-

Tabela 8 - Evolução das famílias rurais extensas no Rio Grande do Sul, com pelo menos um membro com aposentadoria ou pensão, segundo o tipo no período 2001-2005. (Em 1.000 famílias)

Tipo de Família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa 01/05 ^a
Empregadora Total	11	6	9	9	9	-1,1
Agrícola	5	-	4	7	3	
Pluriativa	5	-	3	-	5	
Não-agrícola	-	-	-	-	-	
Conta-própria	149	150	164	154	169	2,8 *
Agrícola	112	110	121	112	125	2,3
Pluriativa	30	31	31	31	36	3,5 *
Não-agrícola	7	8	12	10	9	6,6
Empregados	32	35	37	34	37	2,6
Agrícola	11	13	14	10	10	-5,3
Pluriativa	4	4	3	3	-	
Não-agrícola	17	17	20	21	26	11,0 ***
Não ocupados na semana	60	58	58	50	53	-3,6 **
Total	253	249	268	247	269	1,2

(a) percentual anual;

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%;

(-) representa 5 ou menos observações.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Julho/2007.

2005), totalizando 829 mil pessoas ocupadas. Mas o fato interessante a destacar consiste no declínio no número de indivíduos ocupados nas atividades agrícolas sob o impacto de uma taxa negativa de crescimento (-1,8%) no período.

No extremo oposto, como mostra a Tabela 9, cresceu a uma taxa altamente significativa (7,9%***) o número de indivíduos pluriativos vinculados a essas famílias extensas de “conta própria”, bem como o de indivíduos ocupados em atividades não-agrícolas (7,0%). Do ponto de vista da PEA restrita vinculada a famílias de empregados, o aspecto a destacar é justamente o oposto no sentido do crescimento da ocupação na agricultura (4,7%), a queda de indivíduos pluriativos (-6,1%***) e o incremento dos ocupados em atividades alheias à agricultura.

A PNAD permite analisar ainda a evolução da população ocupada a partir de outros recortes interessantes, valendo-se não apenas

Tabela 9 - Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas no Rio Grande do Sul, segundo o tipo, período 2001-2005. (Em 1.000 pessoas)

Tipo de Família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa 01/05 ^a
Empregadora Total	62	54	50	65	64	2,5
Agrícola	18	16	17	31	20	9,3
Pluriativa	30	20	21	24	29	1,6
Não-agrícola	15	18	12	10	15	-5,4
Conta-própria	792	845	886	879	829	1,3
Agrícola	557	569	577	552	517	-1,8
Pluriativa	188	218	222	257	253	7,9 ***
Não-agrícola	46	58	87	70	59	7,0
Empregados	233	263	266	258	298	4,8 **
Agrícola	81	103	101	98	104	4,7
Pluriativa	55	46	47	44	41	-6,1 ***
Não-agrícola	98	113	118	117	153	9,6 ***
Não ocupado na semana	7	6	6	5	6	-5,8 *
Total	1.094	1.168	1.208	1.207	1.197	2,2 **

(a) percentual anual;

(***), (**), (*) indicam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações do Projeto Rurbano - Julho/2007.

da confrontação entre o ambiente rural e o urbano, mas do cruzamento entre zonas metropolitanas e não-metropolitanas. Essa abordagem permite amenizar possíveis distorções decorrentes das alterações que sofrem as estatísticas a partir de mudanças na legislação dos municípios que estabelece o que é rural e o que é urbano.

Os dados da Tabela 10 mostram, com efeito, comportamento bastante similar ao que foi apresentado na Tabela 9, ao analisarmos agora a situação da PEA restrita vinculada a famílias extensas no rural agropecuário não-metropolitano gaúcho neste começo de milênio (2001-2005).

Importa destacar que para o grupo que mais interessa aos objetivos desse artigo (“conta própria”) e que se identifica diretamente com o universo da agricultura familiar gaúcha, nota-se um crescimento modesto na PEA restrita (1,1%). Novamente, o aspecto que chama

a atenção é a queda no número de indivíduos ocupados nas atividades agrícolas (-1,9%), chegando, em 2005, a um montante equivalente a 497 mil indivíduos. Por outro lado, cresce a uma taxa altamente significativa (8,6%***) a população pluriativa ocupada, passando de 173 mil indivíduos, em 2001, para 241 mil, em 2005.

Assim, se em 2001 os indivíduos pluriativos ocupados vinculados a famílias “conta própria” representavam 23,8% da PEA restrita rural gaúcha, em 2005 esse coletivo passa a representar 31,1%. Esses dados se revestem de importância na medida em que indicam como a força de trabalho ligada ao universo da agricultura familiar reage diante de um cenário de crescentes dificuldades de reprodução social no marco estrito da agricultura, bem como a possibilidade aberta, em muitos casos, para a busca de novas alternativas de ocupação dos indivíduos sem ter que necessariamente abandonar o estabelecimento rural em que residem.

Do ponto de vista dos indivíduos vinculados a famílias de empregados no rural agropecuário gaúcho, o comportamento é bastante similar ao que foi descrito na Tabela 9. Tudo indica que a expansão no emprego agrícola tenha sido fruto da recuperação de alguns setores da agropecuária gaúcha (carnes) e do surgimento de novas oportunidades, a exemplo da silvicultura (eucalipto, acácia), mediante realização de recentes investimentos. Entrementes, o que parece claro é que se trata de um cenário de profissionalização crescente na medida em que essa expansão se dá *pari passu* com a queda no número de indivíduos pluriativos vinculados a famílias de empregados.

Algumas conclusões

O Estado do Rio Grande do Sul possui um dos mais importantes setores da agricultura familiar brasileira e latino-americana, cuja marca indelével de sua origem e dinamismo recai no papel desempenhado pela imigração européia, responsável não apenas

Tabela 10: Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas do rural agropecuário da região não-metropolitana do Rio Grande do Sul , período 2001-2005 (1.000 pessoas)

Tipo de família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa 01/05 %a/a
Empregadora Total	59	48	43	61	56	1,5
Agrícola	17	16	14	31	20	10,2
Pluriativo	30	19	20	23	26	-0,8
Não-agrícola	12	13	9	7	10	-8,7
Conta-própria	743	804	830	824	775	1,1
Agrícola	537	558	557	536	497	-1,9
Pluriativo	173	204	210	242	241	8,6***
Não-agrícola	33	42	64	46	38	3,6
Empregados	189	217	215	208	242	4,7**
Agrícola	76	95	94	94	98	5,0*
Pluriativo	48	40	42	37	37	-5,9***
Não-agrícola	65	82	79	77	108	10,1**
Não-ocupado na semana	6	5	3	3	5	-6,2
TOTAL	996	1.074	1.092	1.096	1.079	1,8*

Fonte: PNAD-IBGE “ Tabulações do Projeto Rurbano, julho 2007

pela criação de estruturas socioprodutivas essenciais ao desenvolvimento das regiões, mas por forjar uma sociabilidade singular nos espaços em que se ergue como força social hegemônica.

Mas os aspectos para os quais se buscou chamar a atenção no presente artigo têm a ver com o fato de que essa agricultura familiar e o conjunto de regiões rurais do território gaúcho experimentaram, nas últimas duas décadas, algumas transformações bastante importantes.

O primeiro grupo de transformações é de ordem eminentemente demográfica, ao passo que o segundo aparece vinculado a aspectos socioeconômicos, em que pese o fato de ambos os fenômenos influenciarem-se reciprocamente no sentido de engendrar a realidade investigada e os processos deles decorrentes.

No primeiro caso, há que se sublinhar uma queda no crescimento da população gaúcha que indistintamente afetou os espaços urbano e rural como resultado no declínio das taxas de fecundidade. Em resumo, pode-se afirmar que a vulgarização dos métodos contraceptivos tem impactado de modo decisivo na redução do número de membros que compõem as famílias. Até meados dos anos 1980 ainda se podia falar em diferenças entre os ambientes urbano e rural em relação a esse aspecto, sendo que hoje – e as estatísticas assim o demonstram – já não mais é plausível falar de famílias rurais de proles numerosas.

Houve, decerto, um sensível arrefecimento na migração campocidade. Mas os fluxos que persistem são formados essencialmente por jovens e mulheres, contribuindo para o ciclo de masculinização e envelhecimento do campo, já referido em alguns estudos recentes realizados no país.

A transformação a que foi dado maior destaque neste artigo tem a ver com a “desagrarização” dos espaços rurais do Rio Grande do Sul. Ela resulta tanto da queda na importância da agricultura *stricto sensu* na formação da riqueza econômica quanto no que afeta à capacidade dessa agricultura cada vez mais produtiva e integrada aos grandes mercados nacionais e estrangeiros, no sentido de ocupar satisfatoriamente a população residente nos espaços rurais.

Os cinco primeiros anos do novo milênio reafirmam, peremptoriamente, o declínio anunciado na década precedente por inúmeros estudos realizados no país sob a égide do Projeto Rurbano, no qual o crescimento da produção agropecuária é acompanhado de uma progressiva redução na força de trabalho.

Na perspectiva da agricultura familiar, analisada aqui sob o prisma do comportamento das famílias de “conta própria”, há claros indícios de que cresce a incidência da pluriatividade como estratégia específica de reprodução social de famílias que optaram por permanecer no campo, conciliando o exercício da agricultura com outras atividades produtivas.

Essa perda de centralidade da agricultura há que ser levada em conta na formulação de políticas públicas e nas bases que sustentam a intervenção do Estado nas áreas rurais que invariavelmente seguem associadas à escassez de oportunidades de ocupação e renda.

Compreender a natureza complexa e diversificada em que opera a reprodução social das famílias e dos indivíduos no meio rural torna-se imperativo para planejar o processo de desenvolvimento, valorizando as virtuosidades do tecido social e produtivo e o potencial das pequenas localidades. A importância da abordagem territorial (e não meramente setorial) está em estimular processos de cooperação e inovação que contemplem o conjunto de atores sociais que se busca atingir, sejam eles ligados ou não à dinâmica das atividades agropecuárias.

Referências bibliográficas

- ARNALTE ALEGRE, E. El desarrollo de empresas de servicios agrícolas y su función en las agriculturas mediterráneas. *Revista Valenciana d'Estudios Autònoms* (separata), n. 14 (segunda época), Valencia, outubro de 1992.
- BALSADI, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste brasileiro: algumas evidências no período recente. Fortaleza, *Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*, 2007.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *X Recenseamento Geral do Brasil: GR-7.09 - Manual de Atualização Cartográfica*. Rio de Janeiro, Diretoria de Geociências. 20p., 1988.
- CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. *Texto para Discussão*, n. 621, 1999.
- CONTINI, E.; GASQUES, J.G.; LEONARDI, R.B. de A.; BASTOS, E. T. Evolução recente e tendências do agronegócio. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, ano 15, n. 1, jan./fev./mar., 2006.
- FANFANI, R. e PECCI, F. La difusión de la tecnología y la terciarización de la agricultura italiana: el caso del "contoterzismo". *Investigación Agraria-Economía*, v. 6, n. 2, dezembro 1990.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. *A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90*. Campinas: IE-Unicamp, Projeto Urbano, 2000 (mimeo).
- LAURENTI, A. Terceirização dos trabalhos agrários e o "Novo Rural". In: Oficina de atualização temática, 2000, Londrina. *Anais: ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas*, Londrina: IAPAR, 2000.
- O'HARA, P. Dentro de la "caja negra": La necesidad de examinar la dinámica interna de las explotaciones agrarias familiares. In: ARKLETON RESEARCH. *Cambio rural en Europa*. Madrid: serie Estudios, Ministerio de Agricultura, Secretaría General Técnica, 1987.
- ORTEGA, A. C.; GARLIPP, A. A. D.; JESUS, C. M. Terceirização e emprego rural na agricultura do Cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds.) *O novo rural brasileiro: novas atividades rurais*. Brasília: Embrapa, v. 6, 2004.
- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.; ESCOBAR, G. Rural Nonfarm Employment and Incomes in Latin America: Overview and Policy Implications. In: *World Development: The Multi-disciplinary International*

Journal devoted to the Study and Promotion of World Development. Great Britain: Pergamon, v. 29, n.3, 2001.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o surgimento dos *part time farmer's* em Santa Catarina. In: XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1994, Brasília, *Anais do...*, Brasília: SOBER, 1994,.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Cambios demográficos em el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. In: *Perspectivas Sociales – Social Perspectives*, revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, n. 2, 2003.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 1995.

Notas

¹ O projeto Rurbano envolve o trabalho de pesquisadores de diversos estados brasileiros. Sob a liderança do Núcleo de Economia Agrícola da Universidade de Campinas, o grupo se dedica fundamentalmente a analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas. Trata-se de um projeto temático de equipe, com apoio da Fapesp e coordenado pelo professor da Unicamp José Graziano da Silva. Maiores informações estão disponíveis na *home-page* <http://www.eco.unicamp.br>.

² A presente seção foi concebida com base em Balsadi (2007), autor que descreve os procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores ligados ao Projeto Rurbano.

³ Para efeito de cálculo da renda familiar foram excluídos os pensionistas (que pagam pensão ao responsável pelo domicílio), os empregados domésticos e seus parentes.

⁴ Se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal, independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Isto porque a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de “conta própria”, se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver empregador nem membro trabalhando por conta própria, a família foi classificada como

de empregados, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer uma atividade agrícola na semana de referência. Em caso de não haver empregador, nem “conta própria” e nem empregado, a família é classificada como de autoconsumo, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer trabalho na produção para o próprio consumo na semana de referência.

⁵ Ao analisar a pluriatividade na região Centro-Oeste do país, Balsadi (2007) adota um outro critério, incluindo no universo da agricultura familiar não somente as famílias extensas de “conta própria”, mas as de empregadores com até dois empregados permanentes, seguindo as regras do Pronaf.

⁶ A delimitação do universo da agricultura familiar adotada pelo Convênio Incra/FAO baseou-se, essencialmente, em dois critérios: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Ver <http://200.252.80.30/sade/documentos.asp>.

⁷ O módulo fiscal, segundo define o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/64), é um imóvel rural: “que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros”.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS Nádía Velleda. Sob o efeito da desagrarização: Agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2007, vol. 15 no. 2, p. 310-339. ISSN 1413-0580.

Resumo. (*Sob o efeito da desagrarização: agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul*). O artigo analisa as transformações que atingem o meio rural gaúcho nos cinco primeiros anos do século XXI, demonstrando o impacto da desagrarização e da pluriatividade a partir das informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Com base nos dados disponíveis, é destacada a queda na capacidade da agricultura em ocupar a força de trabalho residente nos estabelecimentos familiares.

Palavras-chave: agricultura familiar, pluriatividade, desenvolvimento rural.

Abstract. (*Under the influence of 'disagrarianization': Family farming and pluriactivity in Rio Grande do Sul*). This paper examines the transformations that took place in the rural areas of Rio Grande do Sul state in the first five years of the 21st century, demonstrating the impact of 'disagrarianization' and pluriactivity processes. Based on the information furnished by the National Sample Survey of Households, it is notable that there has been a significant reduction in the capacity of agriculture to employ the resident labor force on family farms.

Key words: family farming, pluriactivity, rural development.